

## **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA VALORIZAÇÃO DE LAMAS DAS FÁBRICAS DE ÁGUA DA TEJO ATLÂNTICO, POR LOTES**

**TA\_25\_017\_CI\_S\_002\_DOP**

#### **CADERNO DE ENCARGOS**

**Lote I – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA VALORIZAÇÃO DE LAMAS DAS FÁBRICAS DE  
ÁGUA DE ALCÂNTARA, FRIELAS, BUCELAS, ALVERCA, VILA FRANCA DE XIRA, ARRUDA  
DOS VINHOS E PONTES DE MONFALIM**

**Lote II – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA VALORIZAÇÃO DE LAMAS DAS FÁBRICAS DE  
ÁGUA DA GUIA, BEIROLAS, CHELAS, SÃO JOÃO DA TALHA E FÁBRICAS DE ÁGUA DE  
MAFRA**

**Lote III – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA VALORIZAÇÃO DE LAMAS DAS FÁBRICAS DE  
ÁGUA DA REGIÃO NORTE – PARCELA I**

**Lote IV – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA VALORIZAÇÃO DE LAMAS DAS FÁBRICAS DE  
ÁGUA DA REGIÃO NORTE – PARCELA II**

**JUNHO 2025**

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de Serviços para Valorização de Lamas das Fábricas de Água da Tejo Atlântico, por lotes, nos termos e conforme as Cláusulas Especiais que contam do **Anexo I** e nas instalações identificadas no **Anexo II**, ambos ao presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.
2. A prestação de serviços compreende 4 (*quatro*) lotes, correspondendo um contrato a cada um dos seguintes lotes:
  - a) **Lote I** - “Aquisição de Serviços para valorização de lamas das Fábricas de Água de Alcântara, Frielas, Bucelas, Alverca, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Pontes de Monfalim”;
  - b) **Lote II** - “Aquisição de Serviços para valorização de lamas das Fábricas de Água da Guia, Beirolos, Chelas, São João da Talha e Fábricas de Água de Mafra”;
  - c) **Lote III** - “Aquisição de Serviços para valorização de lamas das Fábricas de Água da Região Norte – Parcela I”;
  - d) **Lote IV** - “Aquisição de Serviços para valorização de lamas das Fábricas de Água da Região Norte – Parcela II”.
3. A Tejo Atlântico não está obrigada a entregar as quantidades mínimas indicadas no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos, não se comprometendo em fornecer quantidades totais, regulares ou mínimas diárias ou mensais.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessados(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

- c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Concorrente;
  - f) O clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Cocontratante, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo contratual**

1. Os contratos celebrados, individualmente para os **lotes I, II e III**, iniciam a sua vigência 5 (cinco) dias úteis após a notificação da emissão de visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 45.º, n.º 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e mantêm-se em vigor por um período de 2 (dois) anos, renovável por um período de 1 (um) ano, até ao limite de 3 (três) anos, caso não seja denunciado pela Tejo Atlântico, com a antecedência máxima de 90 (noventa) dias úteis relativamente ao termo do prazo inicial ou da renovação, ou até que seja atingido o preço contratual, consoante aquele que ocorrer em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. O contrato referente ao **lote IV**, inicia-se a 26/04/2026, mediante outorga com recurso a assinatura digital considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura, e mantendo-se em vigor por um período de 2 (dois) anos, renovável por um período de 1 (um) ano, até ao limite de 3 (três) anos, caso não seja denunciado pela Tejo Atlântico, com a antecedência máxima de 90 (noventa) dias úteis relativamente ao termo do prazo inicial ou da renovação, ou até que seja atingido o preço contratual, consoante aquele que ocorrer em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
3. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço contratual máximo em cada lote, o contrato extinguir-se-á imediatamente, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste(s).
4. Em cada período contratual, que se verifique a necessidade de recolha, transporte e envio a destino final de maior quantidade de lamas que o inicialmente esperado num determinado

lote, antes de atingido o preço contratual para o mesmo período, a Tejo Atlântico procederá à renovação do contrato por um período de 12 (doze) meses a contar da data dessa comunicação, sem prejuízo dos dois números anteriores.

## CAPÍTULO II

### OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### SECÇÃO I

#### OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

##### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações do Cocontratante as seguintes:
  - a) Executar a prestação de serviços que lhe for adjudicada, tal como descrito nas Cláusulas Especiais a que se refere o **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b) Respeitar, em tudo o que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, a legislação aplicável, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de Organismos Oficiais, as instruções de produtores ou de entidades detentoras de patentes e os procedimentos internos da Tejo Atlântico;
  - c) Cumprir as condições fixadas para execução da prestação de serviços;
  - d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
  - e) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
  - f) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido na prestação de serviços venha a ter acesso;
  - g) Entregar os documentos exigidos relativos à prestação de serviços, de acordo com os prazos contratualizados;
  - h) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;

- i) Realizar todos os trabalhos correspondentes à prestação de serviços, nas condições de prazo e preços contratados;
- j) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes da Tejo Atlântico;
- k) Disponibilizar no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias após entrada em vigor do contrato os seguintes documentos:
  - i. Comprovativo da existência de seguro de acidentes das viaturas a utilizar na execução da presente aquisição de serviços, com identificação da apólice e respetiva validade;
  - ii. Registos de verificação e de distribuição de equipamentos de proteção individual;
  - iii. Registos de verificação das condições de segurança dos equipamentos de acordo com o D.L. n.º 50/2005, de 25 de fevereiro;
- l) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal;
- m) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social e/ou os seus representantes legais;
- n) Assegurar que os trabalhadores afetos à execução contratual prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
- o) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que exerçam funções para o Cocontratante, bem como pelos danos causados nas infraestruturas da Tejo Atlântico, no âmbito da presente aquisição de bens e serviços, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;
- p) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
- q) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos, prejuízos ou avarias causadas, por si ou por terceiros sob sua responsabilidade, nas instalações, equipamentos ou infraestruturas da entidade adjudicante, no âmbito da execução do contrato;
- r) Sempre que se verifiquem danos imputáveis ao Cocontratante, este será notificado pela Tejo Atlântico, para proceder, no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis, ou outro, que Tejo Atlântico aprove, à sua reparação ou reposição na situação anterior ao dano, sem qualquer encargo para a mesma ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);

- s) Caso o Cocontratante não cumpra a obrigação de reparação dentro do prazo estabelecido, a Tejo Atlântico poderá proceder à execução da reparação por meios próprios ou através de terceiros, ficando o Cocontratante obrigado ao reembolso integral dos custos incorridos, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades contratuais.
  - t) Possuir um seguro de responsabilidade civil adequado, válido durante toda a execução do contrato, cobrindo os danos que possam resultar da sua atividade. A entidade adjudicante poderá solicitar, a qualquer momento, comprovativos da apólice e do seu pagamento.
  - u) Tomar as medidas necessárias para evitar ou minimizar os incómodos à população residente na vizinhança do local da prestação de serviços e aos utilizadores desses espaços, quando os trabalhos forem executados nas proximidades de lugares habitados, ou em vias públicas.
  - v) Obter e manter todas as licenças e autorizações necessárias à execução da prestação de serviços;
  - w) Responsabilizar-se por eventuais sanções decorrentes de infrações no cumprimento das normas legais, relativas ao transporte, acondicionamento e disposição em destino final, exceto se as mesmas forem imputáveis à Tejo Atlântico e desde que esta tenha sido informada previamente pelo Cocontratante;
  - x) A Tejo Atlântico terá direito de regresso do Cocontratante de todas as quantias desembolsadas por responsabilidade do Cocontratante, nas situações previstas no número anterior.
  - y) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no [sítio eletrónico https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas\\_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03\\_manual\\_de\\_fornecedores\\_adta.pdf](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf).
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O Cocontratante assume plena responsabilidade pelos trabalhos contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Tejo Atlântico.

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos estão em conformidade com as Cláusulas Especiais definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º I não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as Cláusulas Especiais definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das Cláusulas Especiais exigidas.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º I.
6. Caso a análise a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as Cláusulas Especiais definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, deve ser enviada pela Tejo Atlântico, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do termo da análise, uma comunicação por correio eletrónico para o Cocontratante, a informar da aceitação dos elementos entregues.
7. A comunicação por correio eletrónico a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

## **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

### **Transferência da propriedade**

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Conformidade e garantia técnica**

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

## **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

### **Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para



integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda,

alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de compliance do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Conservação de dados pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Transferência de dados pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Dever de cooperação**

- I. O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
  - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
  - b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Exclusividade**

A Tejo Atlântico não está obrigada a entregar as quantidades estimadas de lamas indicadas no **Anexo II** do Caderno de Encargos – Estimativa de produção de lamas, por localização geográfica das FA, destino final atual das lamas e tipo de acondicionamento, não se comprometendo em fornecer quantidades regulares ou mínimas diárias, mensais ou anuais.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO**

### **Cláusula 14.ª**

#### **Preço base, Preço contratual e Revisão de preços**

- I. Pela prestação total dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pagará ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal

em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode exceder, sob pena de exclusão, o preço base global do respetivo lote.

2. O preço contratual não pode ser superior a **42.600.000,00€** (*quarenta e dois milhões e seiscentos mil euros*), para o prazo contratual máximo de 3 (*três*) anos, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 4 (*quatro*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
  - a) **Lote I – Aquisição de Serviços para valorização de Lamas da Fábrica de Água de Alcântara, Frielas, Bucelas, Alverca, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Pontes de Monfalim** – 18.000.000,00€ (*dezoito milhões de euros*), ao qual corresponde, segundo as quantidades estimadas, um Preço Base Unitário de **75 €/tonelada** (*setenta e cinco euros por tonelada*) em silo e **100 €/tonelada** (*cem euros por tonelada*) em contentor, para o destino adequado – Operações de Valorização ou Operações de Eliminação ou Outros;
  - b) **Lote II – Aquisição de Serviços para valorização de Lamas das Fábricas de Água da Guia, Beirolas, Chelas, São João da Talha e Fábricas de Água de Mafra** – 15.600.000,00€ (*quinze milhões e seiscentos mil euros*), ao qual corresponde, segundo as quantidades estimadas, um Preço Base Unitário de **75 €/tonelada** (*setenta e cinco euros por tonelada*) em silo e **100 €/tonelada** (*cem euros por tonelada*) em contentor, para o destino adequado – Operações de Valorização ou Operações de Eliminação ou Outros;
  - c) **Lote III – Aquisição de Serviços para valorização de Lamas das Fábricas de Água de Região Norte – Parcela I** - 5.400.000,00€ (*cinco milhões e quatrocentos mil euros*), ao qual corresponde, segundo as quantidades estimadas, um Preço Base Unitário de **100 €/tonelada** (*cem euros por tonelada*) em silo, para o destino adequado – Operações de Valorização ou Operações de Eliminação ou Outros;
  - d) **Lote IV – Aquisição de Serviços para valorização de Lamas das Fábricas de Água da Região Norte – Parcela II** - 3.600.000,00€ (*três milhões e seiscentos mil euros*), ao qual corresponde, segundo as quantidades estimadas, um Preço Base Unitário de **150 €/tonelada** (*cento e cinquenta euros por tonelada*) em contentor, para o destino adequado – Operações de Valorização ou Operações de Eliminação ou Outros.
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, nomeadamente os

serviços objeto do contrato e ao transporte dos bens associados para o respetivo local de entrega, instalação dos bens bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### 4. Revisão de Preços:

A revisão de preços far-se-á no segundo e terceiro anos de vigência do contrato e será efetuada com respeito pela expressão seguinte:

$$PR = P0 * F$$

Na qual:

**PR** é o valor unitário atualizado, resultante da revisão de preços, a praticar no segundo ano de vigência do contrato e recalculado para o terceiro ano de vigência do contrato, expresso em [€/ton] sem IVA;

**P0** é o valor unitário da proposta adjudicada para a Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Lamas, expresso em [€/ton] sem IVA;

**F** é o fator de atualização, calculado com base na seguinte expressão:

$$F = 0.4 * ISM_i + 0.2 * IC_i + 0.4 * IPC$$

| <u>ÍNDICES</u>                                   | <u>METODOLOGIA DE CÁLCULO</u>   |   |
|--|---|---|
| <u>Variação do custo do salário mínimo geral</u> | <b>Índice Salário Mínimo Geral (ISM)</b><br><br>$ISM_i = \frac{SM^i}{SM^0}$ |   |
|  | $SM^i$  | Custo do salário mínimo geral declarado pelo Governo e publicado em Diário da República no momento i;                         |
|  | $SM^0$  | Custo do salário mínimo geral declarado pelo Governo e publicado em Diário da República no momento de assinatura do contrato. |

| <u>ÍNDICES</u>  | <u>METODOLOGIA DE CÁLCULO</u>        |   |
|---|--------------------------------------|---|
| <u>Variação do custo de abastecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal Continental</u> | <b>Índice Combustíveis (IC)</b>      |   |
|   | $IC_i = \frac{p_{gas}^i}{p_{gas}^0}$ |   |
|   | $p_{gas}^i$                          | Referência de preço atualizada, correspondendo à média aritmética dos últimos 30 preços médios diários no continente para o abastecimento de gasóleo rodoviário em postos de abastecimento públicos aferidos no momento i, em <a href="http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/">http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/</a> .           |
|   | $p_{gas}^0$                          | Referência de preço, correspondendo à média aritmética dos últimos 30 preços médios diários no continente para o abastecimento de gasóleo rodoviário em postos de abastecimento públicos aferidos na data de assinatura do contrato, em <a href="http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/">http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/</a> . |

| <u>ÍNDICES</u>  | <u>METODOLOGIA DE CÁLCULO</u>   |
|---|---|
| <u>Índice de Preços no Consumidor exceto habitação (Continente)</u><br><br><u>Taxa de variação média dos últimos doze meses</u> | <b>Índice de Preços no Consumidor (IPC)</b><br><br>IPC – calculado com base no Índice de Preços no Consumidor exceto habitação (Continente), adotando a taxa de variação média dos últimos doze meses. A variação média dos últimos doze meses compara o nível do índice médio dos últimos doze meses com os doze meses imediatamente anteriores. |

Entende-se por ‘momento i’, o instante a partir do qual será operada a revisão de preços, que corresponde a um ano após o início do contrato, e com novo cálculo dois anos após o início do contrato.

Só haverá lugar à revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do fator de atualização (F) acima referido for diferente de 1 (um).

## **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

### **Condições de pagamento**

1. O preço estipulado na cláusula anterior será pago pela Tejo Atlântico ao Cocontratante, em prestações mensais, após a emissão da respetiva fatura, cujo valor corresponde ao produto das quantidades mensais de lamas efetivamente removidas, no período respeitante à prestação mensal em causa, pelo preço unitário (€/ton) adjudicado no respetivo lote e em função do destino final executado.
2. As quantidades de lamas efetivamente removidas serão apuradas, mensalmente, através dos documentos comprovativos previstos na lei e no Caderno de Encargos para o efeito, nomeadamente quantidades reportadas nas e-GAR que se encontram no estado de “Concluída”, suportadas pelos talões de pesagem referentes às quantidades de lamas entregues no destino final e toda a restante informação prevista nas cláusulas especiais deste Caderno de Encargos.
3. Sem prejuízo das regras previstas nas cláusulas especiais, sempre que o(s) carregamento(s), excecionalmente, não tenha(m) sido sujeito(s) à obrigação de pesagem, o valor da fatura corresponderá à faturação do(s) serviços considerando o menor peso de todas as pesagens realizadas para serviços da mesma natureza desde o início da prestação de serviços.
4. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da n.º 1 devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela Tejo Atlântico das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
5. Para os efeitos do número anterior a obrigação considera-se vencida com a apresentação à Tejo Atlântico de documentos comprovativos referidos no n.º 2 da presente Cláusula.
6. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 a 5, as faturas são pagas através de transferência bancária, para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.

9. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante, serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Faturação**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância do disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
  - a) Ser emitida mensalmente, nos termos do n.º 4 da Cláusula Anterior;
  - b) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
  - c) Identificar o serviço prestado, os locais e as respetivas quantidades, no período em referência;
  - d) Apresentar o(s) preço(s) unitário(s) e global dos serviços prestados no período em referência;
  - e) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante, consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.



### **SECÇÃO III**

## **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico para cada Lote:
  - Gestora do contrato lote I e II: Catarina Pecurto
  - Gestora do contrato lote III e IV: Eunice Cortês
  - Morada: Fábrica de Água de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
  - Telefone n.º +351 213 107 900
  - Correio eletrónico: [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt)
2. Na ausência, faltas ou impedimentos do gestor do contrato designado será o mesmo substituído por:
  - Gestor do contrato suplente lote I a IV: José Martins
  - Morada: Fábrica de Água de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
  - Telefone n.º +351 213 107 900
  - Correio eletrónico: [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt)
3. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
4. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
5. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com uma periodicidade trimestral, reuniões de coordenação com os representantes da Tejo Atlântico, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Cocontratante, com 15 (*quinze*) dias de antecedência, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos são elaborados pelo Cocontratante e devem ser integralmente redigidos em português.

#### **CAPÍTULO III**

##### **MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante**

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
5. Em caso de incumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do Concurso pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.

6. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
7. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

## **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

### **Sanções Contratuais**

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo de 6 (seis) horas, para a execução do serviço nas FA de Alcântara e Guia, será aplicada uma sanção de 10% (*dez por cento*) do preço do respetivo serviço, até ao máximo de 50% (*cinquenta por cento*) do preço do serviço em que ocorreu o incumprimento, por cada hora de atraso, contado, consoante o caso:
    - i. Da formalização do respetivo pedido por parte da Tejo Atlântico;
    - ii. Da data/hora previamente agendada pela Tejo Atlântico e comunicada ao Cocontratante;
  - b) Pelo incumprimento do prazo de 24 (*vinete e quatro*) horas, para a execução do serviço em todas as instalações, com exceção, nas instalações indicadas da alínea anterior, será aplicada uma sanção de 10% (*dez por cento*) do preço do serviço, até ao máximo de 50% (*cinquenta por cento*) do preço do serviço em que ocorreu o incumprimento, por cada hora de atraso, contado, consoante o caso:
    - i. Da formalização do respetivo pedido por parte da Tejo Atlântico;
    - ii. Da data/hora previamente agendada pela Tejo Atlântico e comunicada ao Cocontratante;
  - c) Pelo incumprimento das condições de acondicionamento das lamas no transporte até destino final, será aplicada ao uma sanção correspondente a 25% (*vinete e cinco por cento*) do preço do serviço em que ocorreu o incumprimento, não invalidando a tomada de outro tipo de medidas sancionatórias e/ou de correção enquadráveis na legislação aplicável ao transporte rodoviário de mercadorias;
  - d) Pelo Incumprimento do prazo de entrega do relatório mensal após a data

- estabelecida para o efeito na alínea d) do ponto 2.1.1. do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção, por cada dia de atraso, correspondente a 0,5% (*zero vírgula cinco por cento*) do valor da faturação do mês em que se verifica o incumprimento;
- e) Pela indisponibilidade do canal de comunicação estabelecido, será aplicada uma sanção de 300,00€ (*trezentos euros*) por cada dia de indisponibilidade não justificada.
  - f) Pelo incumprimento do prazo previsto no ponto 2.2.1 do Anexo I do Caderno de Encargos – Cláusulas Especiais, com justificação não aceite pela Tejo Atlântico, será aplicada uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada dia de atraso.
  - g) Pelo incumprimento do prazo previsto para a reparação dos danos nos termos e prazos estabelecidos na alínea r) da Cláusula 4ª do Caderno de Encargos, ser-lhe-á aplicada uma sanção contratual diária no valor de 25% (*vinete cinco por cento*) do valor total da reparação, com um mínimo de 50,00 € (*cinquenta*) euros por dia de atraso, até ao limite de 10 (*dez*) dias.
  - h) Se ultrapassado o prazo máximo referido no número anterior e o Cocontratante continuar sem cumprir a obrigação de reparação, a Tejo Atlântico reserva-se ao direito de proceder à execução da reparação por meios próprios ou através de terceiros, deduzindo o custo correspondente do valor a pagar ao Cocontratante ou acionando as garantias prestadas, sem prejuízo da aplicação das restantes sanções previstas no presente contrato.
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
  3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinete por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
  4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
  5. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
  6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

7. Todos os danos sofridos, direta e indiretamente, pela Tejo Atlântico e/ou coimas e multas aplicadas à Tejo Atlântico, que resultem de atos ou omissões imputáveis ao Cocontratante, independentemente da sua natureza, serão da responsabilidade deste último e, consequentemente, ser-lhe-ão imputáveis, tendo a Tejo Atlântico direito de regresso sobre o Cocontratante de todos os montantes pagos.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por elas conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico**

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e neste Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
- 2. A Tejo Atlântico pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP ou se o Cocontratante não fizer prova dos factos diretamente associados à Aquisição de Serviços nomeadamente perda de licenças, perda de alvarás ou outros que coloquem em risco o funcionamento do Cocontratante.
- 3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Tejo Atlântico.
- 4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
- 5. Ao valor da sanção referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 20.<sup>a</sup> relativamente aos serviços e/ou fornecimentos objeto do contrato, cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- 6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não

obstando a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Execução da Caução**

1. A caução prestada, nos termos do Programa do Concurso, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos relativos a cada um dos 4 (*quatro*) lotes, pode ser executada pela Tejo Atlântico, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. 3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

## **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
  - a) Seguro de Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 100.000,00€ (*cem mil euros*);
  - b) O seguro do pessoal afeto à prestação de serviços contratada, em conformidade com o disposto nos números seguintes;
  - c) Seguro de acidentes para todas as viaturas a utilizar na presente aquisição de serviços.
2. As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais constando delas uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão deste contrato de aquisição de serviços.
3. As condições estabelecidas no número anterior abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados afetos à prestação de serviços contratada, respondendo o Cocontratante pela observância de tais condições perante a Tejo Atlântico.
4. O Cocontratante obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na execução dos serviços, bem como todas as pessoas neles transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas com valor legalmente estabelecido por lei para responsabilidade civil.
5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.
6. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.



## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de qualquer circunstância, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das obrigações.
3. No prazo de 5 (*cinco*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### Cláusula 27.<sup>a</sup>

##### Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico para cada Lote, conforme identificado na cláusula 17.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos e o Cocontratante, para os contactos identificados em declaração do Cocontratante, nos termos do **Anexo IX** do Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **Execução simultânea de outros serviços da mesma natureza**

- I. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo da execução normal do contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.
2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da realização de serviços por terceiros, poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar da data de ocorrência.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

#### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Clausulas especiais

ANEXO II – Localização das Fábricas de Água, Destino e Tipo de Acondicionamento das Lamas

ANEXO III – Modelo de Resumo Mensal de Fluxo

## **ANEXO I**

### **CLAUSULAS ESPECIAIS**

(Documento Autónomo)

## **ANEXO II**

### **LOCALIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DE ÁGUA, DESTINO E TIPO DE ACONDICIONAMENTO DAS LAMAS**

(Documento Autónomo)

## **ANEXO III**

### **MODELO DE RESUMO MENSAL DE FLUXO**

(Documento Autónomo)